

# Cabral propõe que CPI tenha mais poderes

O substitutivo do relator da Comissão de Sistematização deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), irá dar às comissões parlamentares de inquérito do Poder Legislativo os mesmos poderes que qualquer autoridade judicial tem para realizar as suas investigações. A informação é do deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), um dos relatores-adjuntos. Qualquer CPI poderá requisitar documentos, convocar depoentes — que terão a obrigação de comparecer no Congresso, como já acontece hoje. No entanto, somente o Congresso Nacional, como instituição, terá poderes para provocar um ato que ultrapasse o efeito político, tais como a suspensão de uma obra ou a demissão de um ministro.

De um total de 10 comissões parlamentares de inquérito, aprovadas pela Câmara dos Deputados e Senado Federal, apenas duas deverão apresentar resultados ainda este ano. Mesmo assim, como ressaltou o senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), relator da CPI da Ferrovia Norte-Sul — uma das que

trabalhos — elas só poderão gerar “um efeito político”, sem consequências práticas.

Dois bons exemplos disso foram as CPIs das poloneias — que investigou o pagamento de comissões a serviço da dívida brasileira-polonesa e da Coroa-Brastel. Em ambos os casos, as diversas irregularidades denunciadas foram devidamente apuradas, acabando por apontar uma série de personalidades que deveriam responder a um inquérito judicial. Toda a documentação foi enviada à Procuradoria Geral da República. No entanto, nenhuma providência foi tomada.

## RELACIONAMENTO

Por isso mesmo, o senador Mansueto de Lavor espera que a Assembléia Nacional Constituinte resolva esta questão. Para ele, trata-se de um problema de relacionamento entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo. Em sua opinião, os excessivos poderes constitucionais do presidente da República o tornam um imperador, que pode adotar qualquer medida contra a população e ficar impune.